

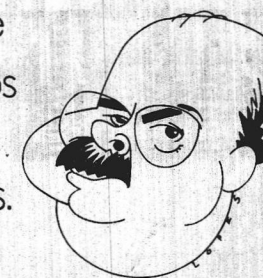
POLÍTICA

Arquivo/AE



Itamar: sem cheques.

Nesta página: diretor da Odebrecht não convence a CPI ao tentar explicar os documentos apreendidos em seu escritório. **Página 5:** CPI não encontra cheques que provem o apoio de PC a Itamar. **Página 6:** STF mantém cassação de direitos políticos de Collor. **Página 7:** PF faz novo pedido de prisão preventiva de PC. **Página 8:** maioria das emendas apresentadas na revisão diz respeito aos próprios congressistas. **Página 9:** Delfim Netto e Ernane Galvêas são condenados a pagar indenização de US\$ 350 milhões. **Página 10:** as propostas do PSDB para prevenir a corrupção.



PC
Farias:
novo pedido
de prisão
preventiva,
agora
referente
ao Caso
Vasp.

orçamento

Odebrecht: diretor não convence CPI.

AILTON REIS REVELA QUE EMPREITEIRA VAI APLICAR US\$ 12 MILHÕES NO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS DO ANO QUE VEM

O diretor da empreiteira Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis, classificou ontem de "futuologia" os percentuais descobertos ao lado de nomes de parlamentares nos documentos apreendidos pela Polícia Federal em seu escritório particular. Reis insistiu, durante depoimento à CPI do Orçamento, que os números eram apenas estimativas para investimentos nas campanhas eleitorais do próximo ano. O

diretor revelou que a intenção da empreiteira é de aplicar US\$ 12 milhões em 1994, quando as contribuições passam a ser permitidas, e garantiu que, até hoje, jamais efetivou "qualquer pagamento a quem quer que seja".

As explicações não convenceram a CPI. O relator da comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), deixou claro que não ficara convencido com a declaração de Reis de que não havia qualquer relação entre os percentuais e o eventual pagamento de propinas a parlamentares, que ajudariam a empreiteira na aprovação de emendas. Nos documentos, os nomes de 16 deputados e senadores aparecem junto a percentuais que vão de 0,27 a 5%. Deste grupo, dez parlamentares tiveram o sigilo quebrado.

"Peço duas mil desculpas a esses parlamentares", afirmou Reis. O diretor disse que os percentuais referiam-se a uma avaliação pessoal e preliminar, ainda não sub-

metido ao comando da empresa, do quanto seria investido nas campanhas. "Nada tem a ver com qualquer tipo de pagamento de propina, são situações teóricas, de futurologia política". Tal avaliação seria feita sem o conhecimento dos parlamentares. "Era apenas rascunho, que nada tem a ver com o valor de emendas".

O diretor da Odebrecht também tentou justificar o sofisticado esquema montado pela empreiteira para acompanhar a liberação de recursos públicos. "É uma ação legítima e essencial para lidar com o permanente estado de inadimplência e calote com que se defrontam aqueles que traba-

lham com o setor público". Reis explicou que tinha poderes "na Organização" para paralisar obras ou diminuir o ritmo daquelas que estivessem ameaçadas de não serem pagas em dia.

O diretor chegou a atacar o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), autor do relatório sobre o material apreendido. "Quero pôr uma pá de cal sobre as conclusões apressadas tiradas pelos afoitos examinadores daqueles documentos". Contudo, sua postura mudou após alguns minutos, quando surgiram as primeiras manifestações de desconfiança por parte da CPI. "Os parlamentares contemplados com suas previsões fariam a campanha mais estrondosa da história da República", afirmou Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Nos documentos, os nomes de 16 deputados e senadores aparecem junto a percentuais de 0,27% a 5%.